



Escola de Administração
Fazendária

CONCURSO PÚBLICO
Auditor-Fiscal do Tesouro Estadual
AFTE - RN - 2004/2005

Prova III

INSTRUÇÕES

Nome: _____

Nº de Inscrição: _____

- 1 - Escreva seu nome e número de inscrição, de forma legível, nos locais indicados.
- 2 - O CARTÃO DE RESPOSTAS tem, **obrigatoriamente**, de ser assinado. Esse CARTÃO DE RESPOSTAS **não** poderá ser substituído, portanto, não o rasure nem o amasse.
- 3 - Transcreva a frase abaixo para o local indicado no seu CARTÃO DE RESPOSTAS em letra *cursiva*, para posterior exame grafológico, se necessário:
"A vida só pode ser compreendida olhando-se para trás, mas só pode ser vivida olhando-se para frente."
- 4 - **DURAÇÃO DA PROVA: 3 horas**, incluído o tempo para o preenchimento do CARTÃO DE RESPOSTAS.
- 5 - Nessa prova há **60 questões** de múltipla escolha, com cinco opções: **a, b, c, d e e**.
- 6 - No CARTÃO DE RESPOSTAS, as questões estão representadas por seus respectivos números. Preencha, **FORTEMENTE**, com caneta esferográfica (tinta azul ou preta), **toda a área correspondente à opção de sua escolha**, sem ultrapassar seus limites.
- 7 - Será anulada a questão cuja resposta contiver emenda ou rasura, ou para a qual for assinalada mais de uma opção. Evite deixar questão sem resposta.
- 8 - Ao receber a ordem do Fiscal de Sala, confira este CADERNO com muita atenção, pois nenhuma reclamação sobre o total de questões e/ou falhas na impressão será aceita depois de iniciada a prova.
- 9 - Durante a prova, **não** será admitida qualquer espécie de consulta ou comunicação entre os candidatos, tampouco será permitido o uso de qualquer tipo de equipamento (calculadora, tel. celular etc.).
- 10 - Por motivo de segurança, somente durante os **trinta minutos que antecedem o término da prova**, poderão ser copiados os seus assinalamentos feitos no CARTÃO DE RESPOSTAS, conforme subitem 6.11 do edital.
- 11 - Entregue este CADERNO DE PROVA, juntamente com o CARTÃO DE RESPOSTAS, ao Fiscal de Sala, quando de sua saída, que **não** poderá ocorrer antes de decorrida uma hora do início da prova; a **não**-observância dessa exigência acarretará a sua exclusão do concurso.
- 12 - Essa prova está assim constituída:

Disciplinas	Questões	Peso
Legislação Fiscal do Estado do Rio Grande do Norte	01 a 30	2
Auditoria Contábil/Fiscal	31 a 60	

Boa Prova!

LEGISLAÇÃO FISCAL DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

01- Alfredo, casado em segundas núpcias com Maria, sob o regime de comunhão universal de bens, veio a falecer. Deixou três filhos menores tidos do segundo casamento (Pedro, Marcelo e João) e um filho do primeiro casamento (Antônio), maior, casado e que reside em casa própria. Antônio habilitou-se à herança, mas depois renunciou à sua parte em favor do monte, sem ressalva. Na partilha, os bens não foram individualmente atribuídos, tendo cada um recebido quota parte de todo o monte.

Tendo em vista a hipótese descrita e considerando as disposições relativas ao Imposto Sobre a Transmissão Causa Mortis e Doações de Quaisquer Bens ou Direitos (ITCD), assinale, entre as opções abaixo, a correta.

- a) São sujeitos passivos do imposto Maria, Pedro, Marcelo, João e Antônio.
- b) São sujeitos passivos do imposto Pedro, Marcelo e João.
- c) São sujeitos passivos do imposto Maria, Pedro, Marcelo e João.
- d) São sujeitos passivos do imposto Pedro, Marcelo, João e Antônio.
- e) O fato gerador ocorre na data da homologação da partilha.

02- José, residente e domiciliado em São Paulo, possuía ações e três imóveis: um no Rio de Janeiro, um no Rio Grande do Norte e um em Minas Gerais. Em janeiro do ano X, José doou o imóvel situado em Minas Gerais e 20% das ações, ao seu afilhado Paulo, residente no Rio Grande do Norte. Em junho José faleceu, processando-se o inventário em São Paulo. Seu filho mais velho, Luís, residente no Paraná, herdou o imóvel do Rio de Janeiro e metade das ações remanescentes. O filho mais novo, Guilherme, residente em Goiás, herdou o imóvel no Rio Grande do Norte e a outra metade das ações remanescentes. Considerando a situação descrita e as disposições relativas ao local da operação para fins de incidência do Imposto Sobre a Transmissão Causa Mortis e Doações de Quaisquer Bens ou Direitos (ITCD), assinale, a seguir, a opção que indica corretamente o local da operação, para fins de incidência do imposto, nas transmissões: das ações a Paulo, das ações a Luís, das ações a Guilherme, do imóvel a Paulo, do imóvel a Luís e do imóvel a Guilherme, nessa ordem:

- a) Rio Grande do Norte, Paraná, Goiás, Minas Gerais, Rio de Janeiro e Rio Grande do Norte.
- b) Rio Grande do Norte, Rio Grande do Norte, Paraná, Paraná, Goiás, Goiás.
- c) São Paulo, São Paulo, São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro e Rio Grande do Norte.
- d) São Paulo, São Paulo, São Paulo, São Paulo, São Paulo, São Paulo.
- e) São Paulo, São Paulo, São Paulo, Rio Grande do Norte, Paraná, Goiás.

03- Considerando as normas relativas ao Imposto Sobre a Transmissão Causa Mortis e Doações de Quaisquer Bens ou Direitos (ITCD), assinale as assertivas abaixo com **F**, para falsa e com **V**, para verdadeira e, a seguir, marque a opção que contém a seqüência correta.

- () Nas transmissões de imóveis *causa mortis*, o fato gerador do ITCD ocorre com a averbação do instrumento (formal de partilha ou adjudicação) no Registro de Imóveis.
- () Está isenta do ITCD a doação de imóvel destinado à própria residência do donatário.
- () O ITCD não incide nas transmissões a título de antecipação de herança.
- () O ITCD não incide nas transmissões de direitos hipotecários.
- () A base de cálculo do ITCD nas transmissões *causa mortis* é o valor venal dos bens, direitos e créditos, no momento da ocorrência do fato gerador, segundo estimativa fiscal, não sendo admitida qualquer dedução.

- a) F, V, F, V, F
- b) V, F, F, V, V
- c) F, F, F, F, F
- d) V, V, V, F, V
- e) V, V, F, F, V

04- Julgue os itens que se seguem marcando **F** para falso e **V** para verdadeiro e em seguida assinale a opção que indica a seqüência correta.

- () O pagamento espontâneo de imposto estadual, fora dos prazos regulamentares e antes de qualquer procedimento do Fisco, sujeita-se à multa de mora, de 0,3% (três décimos por cento) diários, até o limite de dezoito por cento, se relativo ao ICMS, de quatro por cento se relativo ao IPVA e de vinte por cento se relativo ao ITCD.
- () A multa por infração à legislação do IPVA pode chegar a cinco vezes o valor do imposto.
- () Os juros de mora incidentes nos pagamentos de ICMS e IPVA após o vencimento são contados a partir do mês seguinte àquele em que expirar o prazo de pagamento.
- () As multas aplicadas por infrações em que tenha ficado caracterizada fraude não podem ser reduzidas.

- a) F, V, V, F
- b) F, V, F, F
- c) V, F, F, F
- d) F, F, V, V
- e) F, F, V, F

05- José fez testamento instituindo Pedro como legatário do imóvel **A**, impondo que, com a morte de José, o imóvel fosse transmitido aos filhos que Maria viesse a ter. Quando José faleceu, o valor venal do imóvel era de R\$ 50.000,00. Maria teve um só filho, Antônio, que nasceu no ano seguinte ao falecimento de José. Pedro ainda vivo quando Antônio completou a maioridade. Antônio renunciou ao legado relativo ao imóvel **A**, que estava então valendo R\$ 60.000,00, ficando o bem na propriedade pura de Pedro. Considerando as normas relativas ao Imposto de Competência do Estado, incidente sobre a transmissão de bens ou direitos (ITCD), assinale a opção correta.

- a) Com a morte de José, ocorreu o fato gerador do ITCD, sendo sujeito passivo o espólio, e o valor do imposto R\$ 2.000,00.
- b) Com a morte de José, ocorreu o fato gerador do ITCD, sendo sujeitos passivos solidários Pedro e Antônio.
- c) Quando Antônio renunciou, ocorreu fato gerador do ITCD, sendo sujeito passivo Pedro e o valor do imposto R\$ 2.400,00.
- d) Quando Antônio renunciou, ocorreu fato gerador do ITCD, sendo sujeito passivo Pedro e o valor do imposto R\$ 400,00.
- e) Quando Antônio renunciou, os bens ficaram na propriedade de Pedro, mas a operação está isenta do ITCD.

06- Considerando as normas relativas ao Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA), assinale, entre as opções abaixo, a que corresponde a uma proposição incondicionalmente verdadeira.

- a) Em se tratando de veículo importado, o fato gerador ocorre na data do desembaraço aduaneiro.
- b) São isentos do IPVA os veículos empregados no transporte escolar.
- c) Só é admitido o parcelamento do IPVA se o débito não estiver vencido.
- d) É isento do IPVA o veículo com mais de 10 (dez) anos de fabricação.
- e) É isento do IPVA o veículo movido por motor elétrico.

07- Considerando as disposições relativas ao Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA), assinale a opção que traduz uma assertiva verdadeira.

- a) Sem prejuízo da correção monetária, os débitos do IPVA pagos fora do prazo sujeitam-se a multa de mora, que não pode ultrapassar 18%, e a juros de mora, que não podem ser inferiores a 1% ao mês.
- b) Na renovação anual da licença do veículo, a base de cálculo do imposto é a fixada em tabela aprovada pela Secretaria de Tributação com base na cotação de mercado, ou o valor constante na nota fiscal de aquisição, corrigido monetariamente e depreciado em 20% ao ano, o que for menor.
- c) Em caso de veículo de propriedade de empresa de arrendamento mercantil e arrendado a pessoa jurídica locadora de veículos, para ser objeto de locação, a alíquota do IPVA é 1% e o contribuinte é a empresa de arrendamento mercantil.
- d) A pessoa que adquirir veículo para o qual constem débitos do IPVA em relação a exercícios anteriores responde solidariamente pelo pagamento do imposto devido, não respondendo, todavia, pelos acréscimos moratórios.
- e) Em caso de aquisição de veículo sem o pagamento de imposto de exercícios anteriores, a administração, antes de exigir o imposto do adquirente, deverá exigí-lo do alienante.

08- José do Amaral, motorista profissional autônomo, adquiriu, em 01 de março de 2004, automóvel novo, cujo valor venal constante da nota fiscal, foi R\$ 24.000,00, tendo requerido e obtido isenção do IPVA. Em junho de 2004 a autoridade fiscal constatou que José do Amaral utilizou documentos fraudados para obter a isenção. Tendo em vista a situação descrita, assinale a opção correta.

- a) Antes de lavrar o auto de infração, a autoridade deverá intimar José a recolher o imposto, acrescido de multa de mora, no prazo de 30 dias contados do recebimento da notificação.
- b) Sem prejuízo do pagamento do imposto, no valor de R\$ 600,00, e das medidas penais cabíveis, José será punido com multa de R\$1.200,00, não passível de redução.
- c) Sem prejuízo do pagamento do imposto, no valor de R\$ 600,00, José será punido com multa de R\$ 600,00.
- d) Uma vez lavrado o auto de infração, a multa aplicada, de R\$ 600,00 será reduzida em 60% se o pagamento ocorrer nos cinco dias subseqüentes à lavratura do auto de infração.
- e) Uma vez lavrado o auto de infração, a multa aplicada, de R\$ 1.200,00 será reduzida em 50% se o pagamento ocorrer no prazo de seis a trinta dias, contados a partir da intimação da lavratura do auto de infração.

09- Paulo, consumidor final, adquiriu, em 02 de março do ano X, automóvel novo, cujo valor venal constante da nota fiscal foi R\$ 48.000,00, tendo pago correta e pontualmente o IPVA. Em 20 de outubro do mesmo ano o veículo foi totalmente destruído por incêndio. Tendo em vista a situação descrita, assinale a afirmativa correta.

- a) O valor do IPVA pago no exercício foi de R\$ 1.200,00, não havendo direito à restituição.
- b) O valor do IPVA pago no exercício foi de R\$ 1.000,00, tendo Paulo direito à restituição de R\$ 200,00 em razão da perda total do veículo antes do final do exercício.
- c) O valor do IPVA pago no exercício foi de R\$ 1.200,00, tendo Paulo direito à restituição de R\$ 200,00 em razão da perda total do veículo antes do final do exercício.
- d) O valor do IPVA pago foi de R\$ 1.000,00, não havendo direito a qualquer restituição.
- e) O valor do IPVA foi R\$ 960,00, não havendo direito a qualquer restituição.

10- Considerando as normas do Estado do Rio Grande do Norte, relativas ao imposto sobre a circulação de mercadorias e sobre a prestação de serviços de sua competência (ICMS), assinale os enunciados abaixo com **F** para falso e **V** para verdadeiro e, a seguir, assinale a opção que indica a seqüência correta.

- () A pessoa física que, mesmo sem habitualidade, importe mercadorias do exterior, é contribuinte do imposto.
- () A pessoa jurídica domiciliada no Rio Grande do Norte que adquira energia elétrica oriunda de outro Estado, para comercialização, é contribuinte do imposto.
- () O lançamento do imposto nos livros fiscais do contribuinte considera-se tacitamente homologado após cinco anos, contados a partir do primeiro dia do mês seguinte ao de sua efetivação.
- () É isento de ICMS o consumo residencial de energia elétrica.

- a) F, V, V, F
- b) V, V, F, F
- c) V, F, F, F
- d) F, F, V, V
- e) F, F, V, F

11- Considerando as normas do Estado do Rio Grande do Norte, relativas ao imposto sobre a circulação de mercadorias e sobre a prestação de serviços de sua competência (ICMS), assinale os enunciados abaixo com **F** para falso e **V** para verdadeiro e, a seguir, assinale a opção que indica a seqüência correta.

- () Os débitos de ICMS podem ser parcelados nos termos previstos na legislação, exceto se apurados através de auto de infração.
- () Como forma de extinção do crédito, o Secretário de Tributação pode autorizar a compensação de créditos tributários com créditos líquidos e certos, vencidos ou vincendos, do sujeito passivo contra a Fazenda Pública.
- () Entre os incentivos e benefícios fiscais está compreendida a devolução do imposto, condicionada ou não, ao contribuinte, a responsável ou a terceiro.

- a) F, V, V
- b) V, V, F
- c) V, F, F
- d) F, F, V
- e) F, F, F

12- Assinale os enunciados abaixo com **F** para falso e **V** para verdadeiro e, a seguir, assinale a opção que indica a seqüência correta.

- () Nos casos de diferimento, para uma etapa posterior, do lançamento e do pagamento do ICMS incidente sobre determinada operação ou prestação, ocorrido o momento final previsto para o diferimento, será exigido o imposto diferido, exceto se a operação final do diferimento não estiver sujeita ao pagamento do imposto.
- () Na hipótese de benefício relativo ao ICMS, cujo reconhecimento esteja subordinado à condição suspensiva, o imposto será considerado devido no momento em que for implementada a condição.
- () Na hipótese de prestação onerosa de serviços de comunicação, quando o serviço for prestado mediante pagamento em ficha, cartão ou assemelhados, considera-se ocorrido o fato gerador do ICMS quando da utilização desses instrumentos pelo usuário.

- a) F, V, F
- b) F, F, F
- c) V, F, V
- d) V, F, F
- e) F, V, V

- 13- Indique, nas opções a seguir, aquela que, de acordo com as normas do Estado do Rio Grande do Norte, relativas ao Imposto Sobre a Circulação de Mercadorias e sobre a prestação de serviços de sua competência (ICMS), não configura o momento em que se considera ocorrido o fato gerador.
- a) Entrada, no estabelecimento do contribuinte, de mercadoria oriunda de outro Estado, destinada ao seu ativo permanente.
 - b) Desembaraço de mercadoria importada do exterior.
 - c) Ato final da prestação de serviço de transporte intermunicipal.
 - d) Saída de mercadoria de estabelecimento de contribuinte para outro estabelecimento do mesmo titular.
 - e) Transmissão da propriedade de título que represente a mercadoria, quando esta não tiver transitado pelo estabelecimento do transmitente.
- 14- Os fatos seguintes constituem presunção legal relativa de omissão de saídas de mercadorias tributáveis sem pagamento do ICMS, exceto:
- a) indicação, na escrituração do contribuinte, de saldo credor de caixa.
 - b) suprimentos de caixa não comprovados.
 - c) manutenção, no passivo, de obrigações já pagas.
 - d) entrada de mercadorias não contabilizadas.
 - e) a baixa de obrigação, na escrituração do contribuinte, sem comprovação do efetivo pagamento.
- 15- As penalidades a seguir estão previstas como aplicáveis às infrações à legislação relativas ao ICMS, exceto:
- a) sujeição a regime especial de fiscalização e controle.
 - b) interdição do estabelecimento.
 - c) proibição de transacionar com as repartições públicas.
 - d) cancelamento da inscrição.
 - e) aplicação das medidas acauteladoras de declaração de remisso.
- 16- Considerando as normas relativas ao ICMS, no que se refere à exibição, à fiscalização de livros, de papéis de natureza fiscal ou comercial relacionados com o tributo e de documentos de sua escrituração, e à prestação de informações solicitadas, assinale, a seguir, a afirmativa correta.
- a) O descumprimento de ordem legal de servidor público autoriza-o a requisitar o auxílio da força pública para garantia do exercício das suas atividades, desde que o fato esteja definido em lei como crime ou contravenção.
 - b) Nos casos de perda ou extravio de livros e demais documentos fiscais, para efeito de pagamento de imposto, a autoridade fiscal deve arbitrar, pelos meios ao seu alcance, o montante das operações e prestações que deveriam estar escrituradas.
 - c) A negativa, ao auditor-fiscal, de acesso ao estabelecimento, configura embaraço à fiscalização, autorizando-o a aplicar métodos probatórios indiciários na apuração dos fatos tributáveis.
 - d) No caso de recusa, a fiscalização poderá lacrar os móveis ou depósitos, onde possivelmente estejam os documentos e livros, lavrando termo desse procedimento, e solicitando, de imediato, auxílio da força pública para abri-los.
 - e) Quando no exercício de suas funções, os auditores-fiscais podem ingressar em estabelecimento a qualquer hora do dia e da noite, desde que o mesmo esteja em funcionamento.
- 17- De acordo com as normas do Estado do Rio Grande do Norte, relativas ao imposto sobre a circulação de mercadorias e sobre a prestação de serviços de sua competência (ICMS), as assertivas a seguir são verdadeiras, exceto a de que
- a) o imposto não incide na venda do bem arrendado ao arrendatário, efetuada pela empresa de arrendamento mercantil.
 - b) o veículo usado no comércio ambulante é considerado estabelecimento autônomo.
 - c) o imposto não incide sobre operações decorrentes de transferência de propriedade de estabelecimento comercial.
 - d) constituem incentivos e benefícios fiscais, entre outros, o crédito presumido, o parcelamento e a fixação de prazo de recolhimento do imposto superior ao estabelecido em convênio.
 - e) nos casos de prestação de serviço de transporte acompanhada de documentação inidônea, para efeito de cobrança do imposto e definição do estabelecimento responsável, o local da operação é o local onde se encontra o transportador.

18- Tendo em vista a sistemática de apuração periódica do ICMS, e considerando fatos ocorridos em 2004, assinale a opção correta.

- a) O princípio da não-cumulatividade é alcançado mediante compensação entre créditos e débitos do imposto, sendo que os créditos relativos às operações anteriores a serem compensados são os referentes ao imposto cobrado pelo Estado do Rio Grande do Norte.
- b) Não gera direito de crédito o valor do ICMS anteriormente cobrado em operação de que tenha resultado a entrada de mercadoria destinada ao seu próprio consumo.
- c) Não gera direito de crédito o imposto anteriormente cobrado em operações de que tenha resultado a entrada simbólica da mercadoria no estabelecimento.
- d) Não gera direito de crédito a entrada de energia elétrica no estabelecimento consumida no processo de industrialização.
- e) Para os sujeitos passivos com mais de um estabelecimento, deve ser apurado o saldo de imposto (credor ou devedor) de cada estabelecimento localizado no Estado do Rio Grande do Norte, e o montante a recolher será o que resultar da compensação, entre todos os estabelecimentos, dos referidos saldos credores e devedores.

19- Considerando a legislação do ICMS, assinale os enunciados abaixo com **F** para falso e com **V** para verdadeiro e, a seguir, assinale a opção que indica a seqüência correta.

- () Para fins de substituição tributária, a base de cálculo, em relação às operações ou prestações antecedentes, é o valor da operação ou prestação praticado pelo contribuinte substituído.
- () Nos casos de mercadoria cujo preço final a consumidor seja fixado por órgão público competente, a base de cálculo do ICMS, para fins de substituição tributária, é o preço fixado pelo órgão.
- () Existindo preço final a consumidor sugerido pelo fabricante, a base de cálculo do ICMS para fins de substituição tributária, será o preço sugerido ou o valor da saída do substituto acrescido de margem de 15%, o que for maior.

- a) V, V, F
- b) F, F, F
- c) V, F, V
- d) V, F, F
- e) F, V, V

20- Assinale, a seguir, a única opção que configura uma assertiva incondicionalmente verdadeira.

- a) O ICMS incide na aquisição, em licitação pública, de mercadorias ou bens importados do exterior e apreendidos ou abandonados, sendo contribuinte do imposto o leiloeiro.
- b) É contribuinte do ICMS a pessoa jurídica que adquire lubrificantes e combustíveis líquidos e gasosos derivados de petróleo e energia elétrica oriundos de outro Estado.
- c) É obrigação do contribuinte do ICMS entregar ao adquirente, quando solicitado, o documento fiscal correspondente às mercadorias cuja saída promover.
- d) É obrigação do contribuinte de ICMS exibir a outro contribuinte, quando solicitado, o comprovante de inscrição, nas operações que com ele realizar.
- e) O adquirente de mercadorias saídas de estabelecimento de produtor não-inscrito no cadastro de contribuintes do Estado responde pelo ICMS em relação às mesmas, ficando excluída a responsabilidade do produtor.

21- Assinale a afirmativa correta.

- a) O contribuinte que deixar de recolher, no prazo regulamentar, o imposto que deveria ter sido retido, em razão de substituição tributária, pode ficar temporariamente sujeito a regime especial de fiscalização e controle, a ser determinado por ato do Secretário de Tributação.
- b) Pode ser concedido o parcelamento de créditos relativos ao ICMS apurado mediante auto de infração, desde que requerido antes da decisão final do Conselho de Recursos Fiscais.
- c) Em caso de lavratura do termo de apreensão de mercadorias em trânsito, sujeitas à tributação, pode ser concedida a redução de 60% da multa, desde que paga no prazo de cinco dias da lavratura.
- d) Considera-se reincidência específica, para fins de agravamento da penalidade, a prática de idêntica infração no prazo de cinco anos contados da lavratura do auto de infração que aplicou a penalidade na infração anterior.
- e) A multa será aumentada em 50%, em caso de reincidência, e em 100% em caso de dupla reincidência.

22- Considerando as normas relativas ao ICMS, assinale as assertivas abaixo com **F**, para falsa e **V**, para verdadeira, e, a seguir, marque a opção que contém a seqüência correta.

- () A denúncia espontânea da infração, acompanhada do pagamento do tributo e dos juros de mora, exclui a aplicação de qualquer penalidade.
- () Todos os que, de qualquer forma, concorram para a infração, ou delas se beneficiem, por ela respondem.
- () Se houver prova ou fundada suspeita de que as mercadorias se encontram em residência particular do contribuinte, ou, se pessoa jurídica, do seu titular ou sócio, e se o morador ou detentor se recusar a fazer sua exibição, a fiscalização, para evitar a remoção clandestina, pode entrar no domicílio, se durante o dia, e apreendê-la, providenciando o mandado judicial no prazo de cinco dias contados da apreensão.
- () O trânsito irregular de mercadoria pode ser corrigido pela ulterior emissão ou apresentação do documento fiscal exigido em lei ou regulamento.
- () Em caso de apreensão de mercadoria, se o contribuinte não sanear as irregularidades no prazo de 30 dias contados da apreensão, será lavrado auto de infração com proposição de aplicação da pena de perda das mercadorias em favor do Estado, assegurado ao contribuinte o prazo de 30 dias, a partir da lavratura do auto de infração, para apresentar defesa.

- a) F, V, V, F, F
- b) V, V, F, F, V
- c) F, V, F, F, F
- d) F, F, V, V, F
- e) F, F, V, F, V

23- Considerando as normas relativas ao ICMS, assinale as proposições abaixo com **F** para falsa e com **V** para verdadeira e, a seguir, indique a opção que contém a seqüência correta.

- () Em caso de ICMS cobrado sob a modalidade de substituição tributária, é assegurado ao sujeito passivo por substituição o direito à restituição do valor do imposto pago por força da substituição tributária, correspondente ao fato gerador presumido que não se realizar.
- () O contribuinte substituído, ao ingressar com pedido de restituição de imposto pago por força da substituição tributária, correspondente a fato gerador presumido que não se realizou, pode se creditar, em sua escrita fiscal, do valor objeto do pedido.
- () Somente o sujeito passivo tem legitimidade para pleitear restituição de quantia indevidamente recolhida ao Estado a título de ICMS.

() Nos casos em que a restituição se processa mediante autorização do crédito do respectivo valor em conta gráfica, sobrevindo decisão contrária irreversível, o contribuinte substituído tem o prazo de 15 dias para proceder ao estorno dos créditos lançados, sem qualquer acréscimo.

- a) F, V, V, F
- b) F, F, F, F
- c) V, F, F, F
- d) F, F, V, V
- e) F, V, F, F

24- Considerando as normas relativas ao ICMS, assinale, a seguir, a única opção que configura uma assertiva incondicionalmente verdadeira.

- a) O contribuinte deve inscrever-se no Cadastro de Contribuintes do Estado, e a solicitação da inscrição deve ser feita antes de encerrado o primeiro mês das atividades.
- b) Para fins de concessão de alteração da inscrição no Cadastro de Contribuintes do Estado, a Fazenda Estadual pode exigir garantia dos créditos pendentes.
- c) É vedada a impressão de notas fiscais sem autorização prévia de autoridade fazendária competente, exceto se os referidos documentos destinarem-se ao uso do próprio estabelecimento impressor.
- d) Os contribuintes com mais de um estabelecimento deverão utilizar, para cada um dos estabelecimentos, livros fiscais distintos, que servirão ao registro das operações tributadas, podendo centralizar em um único livro para todos os estabelecimentos o registro das operações não tributadas.
- e) O documento a ser obrigatoriamente emitido pelo contribuinte quando da realização de qualquer operação relativa à circulação de mercadorias ou prestação de serviços é a nota fiscal.

25- Considerando as normas relacionadas à apuração, em determinado período, do movimento real das saídas tributáveis realizadas pelo estabelecimento de contribuinte do ICMS através de levantamento fiscal, assinale a seguir, a afirmativa incorreta.

- a) No levantamento fiscal pode ser usado qualquer meio indiciário.
- b) O imposto devido sobre a diferença apurada em levantamento fiscal é calculado e pago à maior alíquota vigente no exercício a que se referir o levantamento.
- c) Quando o estabelecimento operar com mercadorias sujeitas a alíquotas internas diferentes, adotar-se-á, para efeito de tributação, a maior das alíquotas.
- d) O débito do imposto apurado em levantamento fiscal é exigido em auto de infração, com a respectiva multa e demais encargos devidos.
- e) Quando, em levantamento fiscal, for constatada a superavaliação do estoque inventariado, considerar-se-á ocorrida operação ou prestação tributável.

26- O estabelecimento industrial ALFA, situado no Rio Grande do Norte, adquiriu, no mês de fevereiro, uma máquina para integrar seu ativo imobilizado, a qual foi instalada nesse mesmo mês. O ICMS incidente sobre a operação foi de R\$ 7.200,00. No mês de fevereiro o contribuinte vendeu produtos de sua fabricação para estabelecimento comercial no Rio Grande do Norte, com valor total das operações de R\$ 50.000,00, e para estabelecimento comercial em outro Estado, com valor total das operações de R\$ 100.000,00. Em março o contribuinte realizou vendas de produtos de sua fabricação: (a) para outros contribuintes, localizados no Rio Grande do Norte, no valor de R\$ 60.000,00; (b) para contribuintes, localizados em outros Estados da Federação, no valor de R\$ 40.000,00; (c) e vendas isentas no valor de R\$ 50.000,00.

Considerando as informações acima, assinale a seguir a afirmativa correta.

- a) A aquisição da máquina não gera direito de crédito.
- b) Em fevereiro o contribuinte pode se creditar de R\$ 7.200,00, referentes à máquina adquirida.
- c) Em cada um dos meses de fevereiro e de março o contribuinte pode se creditar de R\$ 150,00, relativos à máquina adquirida.
- d) Em março, o contribuinte pode se creditar de R\$ 100,00, relativos ao ICMS incidente na aquisição da máquina.
- e) Os débitos a serem lançados na escrita fiscal do contribuinte no mês de março totalizam R\$ 17.000,00.

27- A fiscalização constatou a existência de mercadorias adquiridas por contribuinte do ICMS cuja inscrição estadual estava baixada. Os valores das operações consignados nas notas fiscais emitidas pelo vendedor totalizam R\$ 45.000,00 e os valores de ICMS nelas destacados totalizam R\$ 7.650,00. Nesse caso, o valor do imposto a ser lançado será

- a) zero.
- b) R\$ 2.295,00.
- c) R\$ 7.650,00.
- d) R\$ 9.945,00.
- e) R\$ 6.349,50.

28- Estabelecimento industrial situado no Rio Grande do Norte deu saída, para estabelecimento de terceiro, contribuinte do ICMS, situado em outro Estado, a uma máquina para ser comercializada. O preço da máquina era de R\$ 20.000,00, mas foi concedido um desconto promocional de R\$ 1.000,00. A pedido do adquirente, foi feito seguro, sendo-lhe debitado o valor correspondente, de R\$ 200,00. O IPI incidente na operação foi de R\$ 200,00 e o prazo para pagamento foi de 30 dias, com previsão de desconto para pagamento antecipado. A máquina foi transportada do Rio Grande do Norte para o estabelecimento do adquirente por empresa por ele contratada em seu próprio Estado, e à qual pagou frete no valor de R\$ 100,00. O adquirente liquidou a fatura antes do vencimento, obtendo o desconto de 2%.

Considerando a situação descrita, assinale, entre as opções abaixo, a que corresponde ao valor do ICMS destacado na nota fiscal.

- a) R\$ 2.304,00
- b) R\$ 3.264,00
- c) R\$ 2.316,00
- d) R\$ 3.281,00
- e) R\$ 2.257,29

29- O estabelecimento industrial X deu saída a três produtos semi-elaborados para o estabelecimento industrial Y, tendo incidido, nas operações, ICMS nos valores, respectivamente, de 100 (produto a), 200 (produto b) e 300 (produto c). Os produtos adquiridos por Y destinavam-se a integrar produtos de fabricação própria, a serem vendidos no mercado interno, em operações tributáveis. Posteriormente, o produto a foi vendido para uma empresa comercial exportadora, para ser exportado, o produto b foi aplicado na industrialização de produto que foi objeto de operação com redução de 50% da base de cálculo do imposto, e o produto c foi aplicado na industrialização de produto em cuja saída incidiria ICMS, mas que foi objeto de saída com isenção.

Tendo em vista a situação descrita, e considerando as normas relativas ao ICMS, assinale a afirmativa correta.

- a) Y só está obrigado a estornar o crédito relativo ao produto c.
- b) Y é obrigado a estornar o crédito ICMS incidente sobre os produtos a e c.
- c) Y só está obrigado a estornar 50% do crédito relativo ao produto b.
- d) Y pode se creditar do ICMS relativo aos produtos a, b e c.
- e) Y está obrigado a estornar integralmente o crédito escriturado relativo aos produtos a e c e 50% do crédito relativo ao produto b.

30- A empresa **X**, em Natal, RN, distribuidora de cerveja, adquiriu mercadoria (cerveja), da distribuidora **Y**, situada em outro Estado da Federação. A mercadoria deu entrada no Rio Grande do Norte sem a retenção, no outro Estado, do imposto devido por antecipação. Considerando a situação descrita, assinale as proposições abaixo com **F** para falsa e **V** para verdadeira e, a seguir, indique a opção que contém a seqüência correta.

- () A fase de tributação sobre as operações com a mercadoria encerrou-se na saída de **Y** para **X**, não cabendo a **X** qualquer obrigação relativa a recolhimento do imposto, uma vez que a responsabilidade é de **Y**.
- () **X**, ao promover a saída da mercadoria para outros estabelecimentos, sujeita-se ao pagamento do imposto sobre essa operação e ao lançamento e recolhimento do imposto devido nas operações subsequentes a serem realizadas pelos adquirentes.
- () **X** deverá promover o pagamento antecipado do imposto, por ocasião do ingresso da mercadoria, na primeira repartição fiscal.

- a) F, F, V
- b) V, V, F
- c) F, V, F
- d) V, F, V
- e) V, F, F

AUDITORIA CONTÁBIL/FISCAL

31- Das assertivas a seguir, indique aquela que não está associada com assegurar a razoabilidade das estimativas contábeis.

- a) Análise da fundamentação matemático-estatística dos procedimentos utilizados.
- b) Coerência dos procedimentos adotados nas estimativas com períodos passados.
- c) Acompanhamento dos resultados da companhia para planejamento fiscal.
- d) A conjuntura econômica e suas projeções e os cenários econômicos esperados.
- e) As práticas correntes em entidades semelhantes no mesmo período.

Dadas as tabelas fornecidas a seguir, responder à questão 32.

Tabela I: 5% de risco de Avaliação do Risco de Controle em Nível Baixo

Taxa aceitável de desvios					
Taxa Esperada de desvio da população (%)	2%	3%	4%	5%	6%
0,00	151	101	76	61	51
0,50		159	119	95	80
1,00			158	95	80
1,50				126	105
2,00					90

Tabela II: 10% de risco de Avaliação do Risco de Controle em Nível Baixo

Taxa aceitável de desvios					
Taxa Esperada de desvio da população (%)	2%	3%	4%	5%	6%
0,00	116	78	59	47	40
0,50	196	131	98	79	66
1,00		178	98	79	66
1,50			134	107	66
2,00			200	134	90
2,50				160	112
3,00					132

32- Ao analisar a área de Contas a Receber, constata-se um risco de avaliação de 10%. No ano anterior a empresa de auditoria constatou desvio de 4% e a taxa esperada do desvio da população do ano foi de 1,0%. Determine o tamanho da amostra a ser utilizada.

- a) 200
- b) 107
- c) 158
- d) 178
- e) 98

- 33- Para reconhecimento dos passivos tributários, em discussão jurídica, devem os escritórios de advocacia ou advogados da entidade auditada classificar o sucesso das causas em remoto, possível ou provável. Assim podemos afirmar que o auditor deve
- calcular a provisão reconhecendo os passivos prováveis e analisando as probabilidades nos processos possíveis.
 - não-contabilizar provisão para as autuações que estejam sendo discutidas administrativamente, mesmo com posição desfavorável à entidade.
 - não-reconhecer referidos passivos porque se assim o fizer estará reconhecendo a obrigação.
 - compor a provisão sem considerar os processos com provável perda judicial.
 - solicitar o registro contábil de provisão para processos com classificação remota de perda.
- 34- Não é fator que impeça o auditor independente de aceitar trabalhos de auditoria em entidades:
- vínculo conjugal com administradores da entidade.
 - ter sido empregado da entidade há mais de dois anos.
 - ser acionista da empresa auditada.
 - ter interesse financeiro direto na entidade.
 - fixar honorários condicionais à natureza do trabalho.
- 35- O auditor, na aplicação dos testes substantivos, não deve avaliar se
- o componente patrimonial existe em certa data.
 - a transação de fato ocorreu.
 - há disponibilidade das informações.
 - os itens patrimoniais estão avaliados.
 - todas as transações estão registradas.
- 36- Analise as afirmativas a seguir e assinale a opção correta.
- A auditoria interna deve assessorar a administração na prevenção de fraudes e erros;
 - A auditoria interna é independente e imparcial;
 - Fraude é o ato intencional de omissão praticado para manipular documentos, registros e relatórios.
- As assertivas I, II e III estão erradas.
 - As assertivas I, II e III estão corretas.
 - As assertivas I e II estão corretas e a III está incorreta.
 - As assertivas II e III estão incorretas e a I está correta.
 - As assertivas I e III estão corretas e a II está incorreta.
- 37- Com o processo de globalização e a internacionalização dos negócios, as empresas e o mercado passam a ter necessidade de harmonizar as normas contábeis brasileiras às normas internacionais; assim o parecer sem ressalva deve conter em seu texto a expressão de acordo com
- as Práticas Contábeis adotadas no Brasil.
 - as Normas Geralmente aceitas de Contabilidade e Auditoria.
 - os Princípios Fundamentais de Contabilidade Internacional.
 - as Práticas Contábeis adotadas Internacionalmente.
 - os Princípios Fundamentais de Contabilidade.
- 38- Podemos afirmar que as companhias abertas que estão obrigadas a efetuar demonstrações contábeis consolidadas, deverão sofrer obrigatoriamente somente auditoria nas demonstrações contábeis:
- das entidades consolidadas.
 - das entidades abertas consolidadas.
 - da controladora.
 - das consolidadas e das entidades abertas controladas.
 - das controladas e das entidades consolidadas.
- 39- Em relação às estimativas contábeis, pode-se afirmar que o auditor não deve
- comparar as estimativas contábeis de períodos anteriores com os resultados reais desses períodos.
 - fazer uso de estimativa independente para isentar-se da responsabilidade de avaliação da estimativa preparada pela administração.
 - considerar se a revisão e aprovação foram feitas em níveis apropriados da administração da entidade.
 - levar em conta se foram evidenciadas na documentação de suporte da determinação da estimativa contábil.
 - testar os cálculos efetuados pela administração da entidade, para avaliar se estão adequados às condições da entidade.
- 40- Os fluxogramas são diagramas que descrevem os passos do processamento da informação nas rotinas contábeis. Sua elaboração é acompanhada por descrições narrativas que evidenciam detalhes adicionais dos controles. Assim, podemos afirmar que eles somente não evidenciam da entidade
- as funções principais do processo.
 - a trilha de auditoria documentária.
 - os passivos contingenciais omitidos.
 - os programas e arquivos de computadores.
 - os relatórios produzidos nos processos.

- 41- A segregação de funções é um dos procedimentos de atividades de controle para resguardar que as diretrizes da administração sejam seguidas. Indique qual das funções a seguir, estaria atendendo ao procedimento de segregação de funções, no processo de recebimentos de caixa, se acumulada sob responsabilidade do mesmo indivíduo.
- Autoridade para aprovar e registrar créditos em contas de clientes.
 - Autoridade para efetuar fechamentos de caixa.
 - Ser responsável pelo cálculo da provisão para devedores duvidosos.
 - Poder efetuar a baixa de créditos considerados incobráveis.
 - Autoridade para efetuar devoluções de vendas.
- 42- Na ausência de disposições específicas para registro de fatos contábeis, pode o Auditor, na avaliação desses fatos, adotar o procedimento de
- acatar as práticas contábeis já consagradas pela Profissão Contábil, sempre formalizadas pelos seus organismos próprios.
 - não aceitar as práticas contábeis já consagradas pela Profissão Contábil, formalizadas ou não pelos seus organismos próprios.
 - desconsiderar os fatos contábeis, visto não estarem formalizados pelos seus organismos próprios.
 - aceitar as práticas contábeis já consagradas pela Profissão Contábil, formalizadas ou não pelos seus organismos próprios.
 - ressalvar as práticas contábeis já consagradas pela Profissão Contábil e formalizadas pelos seus organismos próprios.
- 43- Na avaliação do risco de auditoria, quando na fase de planejamento, em nível específico, deve o auditor avaliar
- a natureza e o volume das transações.
 - o sistema de controles internos da entidade.
 - as atividades da entidade.
 - o sistema contábil da entidade.
 - a qualidade da administração da entidade.
- 44- Quando o auditor externo constata eventos ocorridos, entre as datas do balanço e a do seu parecer e a entidade não realiza os ajustes recomendados adequadamente, deve o auditor
- expedir parecer adverso ou mencionar os fatos em parágrafo de ênfase.
 - elaborar parecer de auditoria com abstenção de opinião ou sem ressalva.
 - emitir parecer com ressalva ou mencionar os fatos em parágrafo de ênfase.
 - somente exigir a menção em notas explicativas evidenciando os respectivos cálculos.
 - recomendar menção em nota explicativa e emitir parecer sem ressalva.
- 45- A responsabilidade primária na prevenção e identificação de fraude e erros da entidade é:
- da auditoria independente da entidade.
 - do contador da entidade.
 - da consultoria contábil da entidade.
 - do advogado da entidade.
 - da administração da entidade.
- 46- Os testes de observância têm como objetivo obter:
- certeza de que os procedimentos de controle interno estabelecidos pela administração estão em efetivo funcionamento e cumprimento.
 - razoável segurança de que os procedimentos de controle interno estabelecidos pela administração estão em efetivo funcionamento e cumprimento.
 - certeza de que os procedimentos de controle interno estabelecidos pela administração não estão em efetivo funcionamento e cumprimento.
 - confiabilidade absoluta de que os procedimentos de controle interno estabelecidos pela administração não estão em efetivo funcionamento e parcial cumprimento.
 - razoável certeza de que os procedimentos de controle interno estabelecidos pela administração não estão em efetivo funcionamento e cumprimento.
- 47- Na avaliação do risco de auditoria, o auditor deve avaliar o ambiente de controle da entidade, excetuando
- a avaliação do cumprimento do planejamento.
 - a estrutura organizacional da entidade.
 - os métodos de administração adotados.
 - as limitações de acesso físico a ativos.
 - o sistema de aprovação e registro de transações.
- 48- O auditor interno, ao constatar impropriedades e irregularidades relevantes com necessidade de providências imediatas, deve
- proceder à conclusão dos relatórios imediatamente.
 - antecipar o relatório final para permitir providências rápidas.
 - emitir relatório parcial para permitir providências imediatas.
 - concluir os trabalhos no curso do prazo planejado.
 - expedir relatório até o estágio de realização, sem concluir o trabalho.

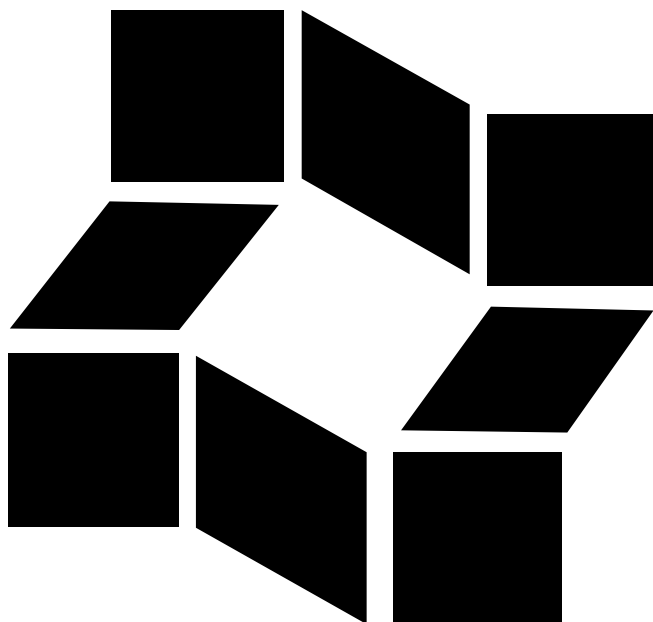
- 49- A relação custo *versus* benefício para a avaliação e determinação dos controles internos deve considerar que o custo dos controles internos de uma entidade:
- deve ser superior aos benefícios por ele gerados.
 - não deve ser inferior aos benefícios por ele gerados.
 - não deve ser igual ou inferior aos benefícios por ele gerados.
 - deve ser superior ou igual aos benefícios por ele gerados.
 - não deve ser superior aos benefícios por ele gerados.
- 50- São componentes inter-relacionados de controles internos, exceto o(a):
- ambiente de controle.
 - avaliação de risco.
 - atividades de controle.
 - método de custos.
 - monitoração.
- 51- Na ética profissional do auditor independente, a integridade é a qualidade na qual a confiança do usuário de seus serviços se norteia. Para isso, o auditor não pode
- questionar os fatos contabilizados.
 - renunciar aos trabalhos.
 - ser imparcial em sua opinião.
 - subordinar-se a julgamento.
 - cometer erros não intencionais.
- 52- No controle da qualidade dos seus serviços, o auditor deverá _____, supervisionar e revisar o trabalho em todas as suas etapas, de modo a garantir aos usuários de seus serviços a certeza _____ de que o trabalho foi realizado de acordo com as _____ de controle de qualidade requeridas nas circunstâncias.
- planejar / razoável / normas
 - reestruturar / parcial / normas
 - organizar / mínima / leis
 - elaborar / total / regulamentações
 - auditar / razoável / leis
- 53- Na constatação de evidências de riscos na continuidade normal das atividades da entidade, o auditor independente deverá emitir parecer:
- com abstenção de opinião.
 - sem ressalva e sem parágrafo de ênfase.
 - com ressalva e com parágrafo de ênfase.
 - sem ressalva e com parágrafo de ênfase.
 - adverso e com parágrafo de ênfase.
- 54- Das assertivas a seguir, identifique a que não está relacionada à determinação da amostra
- estratificação
 - tamanho
 - erro tolerável
 - erro esperado
 - seqüência
- 55- Tabela de decisão é uma matriz utilizada para documentar a lógica:
- do programa de auditoria externa.
 - de um programa de computador.
 - dos processos da auditoria interna.
 - dos controles implantados pela administração.
 - dos processos contábeis da entidade.
- 56- O auditor externo, ao auditar entidade que controle outras empresas e que registre seus investimentos pelo método de equivalência patrimonial, tem responsabilidade sobre
- as demonstrações contábeis das controladas que serviram de base para cálculo da equivalência patrimonial.
 - o cálculo das equivalências patrimoniais registradas nos investimentos das entidades controladas.
 - a apresentação da reserva de reavaliação efetuada nas controladas no Patrimônio Líquido da Controladora.
 - os pareceres emitidos para as entidades controladas e emitidos por outros auditores independentes.
 - a apresentação da reavaliação efetuada nas controladas e registrada no Patrimônio Líquido da Controlada.
- 57- O auditor, ao não solicitar carta de responsabilidade da administração à empresa auditada, não estaria atendendo
- ao conteúdo dos papéis de trabalho.
 - aos princípios contábeis brasileiros.
 - ao processo de emissão de parecer adequado.
 - às demonstrações contábeis.
 - aos procedimentos ligados aos testes de superavaliação.
- 58- Para dimensionar se a empresa terá continuidade de suas atividades, o auditor deve avaliar se haverá normalidade nas operações da empresa pelo período de
- seis meses após a data das demonstrações contábeis.
 - dois anos após a data das demonstrações contábeis.
 - um ano após a publicação das demonstrações contábeis.
 - seis meses após a publicação das demonstrações contábeis.
 - um ano após a data das demonstrações contábeis.

59- A carta de responsabilidade da Administração deve ser emitida com a data

- a) do encerramento das demonstrações contábeis.
- b) em que for redigida e emitida pela administração.
- c) em que o auditor iniciou os trabalhos na entidade.
- d) do parecer emitido pelo auditor.
- e) da publicação das demonstrações contábeis.

60- No planejamento de auditoria, o auditor deve avaliar relevância em dois níveis:

- a) de demonstração de resultado e de saldo sintético.
- b) de demonstrações contábeis e de saldo de conta.
- c) de saldo de conta e de parecer de auditoria.
- d) de parecer de auditoria e volume de transações.
- e) de volume de transações e de demonstrações contábeis.



ESAF